

Veja o que Jô Moraes faz na Câmara Federal

Brasília - DF

Câmara dos deputados
Anexo IV - Gab. 322 - 70160-900
Fone: (61) 3215-5322 / 3322
Fax: (61) 3215-2322
E-mail: dep.jomoraes@camara.gov.br

Belo Horizonte - MG

Escritório Político BH
Rua Araguari, 1685/ SL 505
Santo Agostinho - 30190-111
Fones: (31) 3337-4543 / 4116
E-mail: escritorio@jomoraes.com.br



Belo Horizonte / 2009

A atuação do mandato parlamentar, nos diferentes níveis, foi marcado por um intenso vínculo com a temática e os movimentos de mulheres.

Na Câmara Federal, o momento mais destacado desta abordagem foi durante a votação da reforma política onde se buscou assegurar o aperfeiçoamento da legislação relativa às cotas para as mulheres nas disputas eleitorais. O conteúdo das propostas apresentadas está no item da ação legislativa.

- O cuidado com as condições de vida das mulheres impõe políticas que inclui outros temas. O mandato apresentou um projeto de regulamentação do exame de DNA e a garantia de mistura láctea para filhos de portadoras de HIV.

- A forte presença do pensamento fundamentalista, em especial na Comissão de Seguridade exigiu uma intervenção junto aos líderes da casa para tentar impedir a instalação da CPI do Aborto que criou um verdadeiro clima policial na discussão do tema.

- Contribuição para a organização do movimento de mulheres: apoio à criação de núcleos da União Brasileira de Mulheres nas cidades de Contagem, Lagoa Santa, Vespasiano. Contribuição para o debate sobre a questão da mulher: Debates realizados - Políticas para Mulheres, gênero, orçamento e economia solidária, - Mulheres no Poder, uma questão de democracia (internacional) - Mulher e Legislação, - Conferência Nacional de Mulheres, - Congresso Nacional da UBM.

- Emenda orçamentária ao Projeto Atalhos e Retalhos e à Coordenadoria e ao Conselho Estadual da Mulher

8 – AS DEMANDAS RECEBIDAS

As pessoas costumam procurar seus representantes no parlamento não apenas para reivindicações políticas. As solicitações apresentadas aos gabinetes são as mais diferentes e demonstram o nível de consciência da sociedade em relação ao papel dos políticos. As visitas relacionadas diretamente a demandas concretas chegaram a 332 através de solicitação direta no gabinete, em Brasília ou no escritório, em Belo Horizonte:

Agenda com a Deputada: 125
Solicitação de emprego/estágio: 47
Solicitação de auxílio financeiro: 32
Pedido de vaga em escola/bolsa de estudos: 18
Orientação jurídica: 24
Busca de material do mandato: 24
Entrevistas dirigidas: 12
Demandas para intermediação em órgãos públicos: 25
Pedidos de bens materiais: (material de construção, eletro eletrônicos, aparelhos de surdez, cestas básicas, etc.): 11
Acompanhamento de projetos e processos: 17
Solicitações para realização de obras: 5
Pedidos de emendas orçamentárias: 5

Câmara dos Deputados

uma voz além das montanhas de Minas

A sociedade tem de ter muito presente que as mais elementares questões de sua vida cotidiana são discutidas e normatizadas aqui em Brasília, em especial no Congresso Nacional. Prá você ir ao campo de futebol tem o Estatuto do Torcedor dizendo o que fazer. Se seu filho passar no vestibular, já foi aprovada a Lei do Trote. Se seu vizinho “pulou a cerca”, ele tem a regulamentação do exame de DNA prá assumir a paternidade. Um deputado fez um projeto pedindo indenização para os atingidos por lixo espacial (quem sabe um pedaço da nave que foi à lua caiu no seu quintal?).

Por isso é tão importante que todas as camadas do povo tenham aqui sua representação. Mas isso não acontece. Os trabalhadores rurais, por exemplo, tinham um único representante, o Deputado gaúcho Adão Preto que veio a falecer em fevereiro último. Mas os grandes proprietários de terra têm uma forte bancada espalhada em várias comissões.

Nossa incompleta democracia carece de um solavanco para incorporar mais o conjunto da sociedade no debate que ocorre nas instituições políticas que definem sua vida. Incluir representantes da maioria do povo para dizer onde devem ir os recursos públicos, como tratar políticas de emprego, de educação, de saúde passa a ser uma grande tarefa democrática.

A esperada reforma política está na ordem do dia. Sua principal medida seria estabelecer o financiamento público das campanhas, reduzindo o poder de quem tem muito dinheiro para investir em sua própria eleição, ou na eleição de amigos. Só que os grandes partidos que têm a maioria da representação nas casas legislativas não querem essa mudança. Mas, como toda conquista política, só o vento das ruas, das empresas, das escolas, das igrejas, das mulheres pode ampliar os corredores desta Casa.



2 - ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Um país com dois projetos, um mandato que tem lado

O mandato que você me confiou coincidiu com a segunda eleição do presidente Lula. A ida de um metalúrgico para a direção de uma nação como o Brasil foi parte de um movimento de mudanças que ocorreu na América Latina. Essas mudanças significaram o início de um novo ciclo, comportando o permanente confronto de propostas de continuidade e de mudança. No Parlamento, esse confronto é muito concreto: se dá através do voto. E o deputado vota no relatório apresentado em plenário. Logo - e muitas vezes isso acontece - você não consegue votar numa proposta do governo e derrotar uma parte dela, da qual você discorda, a não ser que esteja destacada.

Nesse período, enfrentamos muitas polêmicas que dividiram não só a oposição e a situação, quanto colocaram interesses dos trabalhadores de um lado e seus oponentes do outro. Não conseguimos votar o PL (Projeto de Lei) que regulamenta a redução de jornada de trabalho, a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que combate o trabalho escravo, a PEC da Defensoria Pública e tantas outras matérias de interesse do povo.

As principais polêmicas dessa legislatura foram:

- a famosa "Emenda 3" que retirava direitos dos trabalhadores (o empregado passava a ser contratado como pessoa jurídica para a empresa não precisar assinar sua carteira). Fomos derrotados e só o veto do presidente Lula evitou maiores prejuízos;

- a regulamentação da Emenda 29 – PLP 1/03 - que definia recursos mínimos para a saúde e que incluía a reedição da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF, reduzindo-se seu índice percentual. Os que eram contra diziam que o governo estava arrecadando muito e que não precisava ter uma contribuição vinculada à saúde. A vida mostrou quem estava certo. A crise veio, a arrecadação diminuiu e a saúde depende de recursos do bolo geral.

- a votação do aumento do salário mínimo em 2008. O projeto que autorizava o aumento do salário mínimo recebeu uma emenda que estendia o mesmo percentual para todas as aposentadorias. O relator não a acatou por ser inconstitucional. Restava ao plenário votar contra e derrubar o aumento do salário mínimo, ou votar com o relatório que não incluía a emenda, mas aprovava o aumento. Algumas entidades de aposentados equivocaram-se com a tramitação legislativa e divulgaram que quem votou com o relatório a favor do aumento do salário mínimo, votou contra os aposentados. O PL3299/08 do Senador Paulo Paim, referente à matéria ainda não foi apreciado no plenário.

- emenda ao PL 0001/07, sobre o Salário Mínimo - não aprovada.

- emenda ao PL 1210/07, dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar, a propaganda eleitoral, o financiamento de campanha e as coligações partidárias - aprovadas.

- emendas ao PL 993/07, dispõe sobre estágio dos estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e ensino médio - 1 aprovada e 4 não aprovadas.

REQUERIMENTOS E INDICAÇÕES

Requerimento à Mesa, para realização de sessão solene comemorativa aos 200 anos da Fundação do Banco do Brasil; - 5 Requerimentos à Comissão de Seguridade Social e Família solicitando Audiência Pública: 1- em conjunta com a Comissão da Amazônia para os casos de contaminação de servidores da FUNASA, contaminados pelo DDT e Malathion; 2- inclusão do Subprocurador Geral da República, Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão para participar da Audiência Pública sobre títulos expedido dos médicos formados em Cuba; 3- para discutir programa de multimistura (conjunto com Dep. Chico Lopes); 4- para debater questões do Controle Social; 5- conjunta com a Comissão de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias para discussão e avaliação das propostas do PAC, sob a ótica dos direitos humanos e dos direitos das mulheres; 2 Requerimentos de Informações, ao Ministério do Trabalho sobre a possível extinção da Subdelegacia em Paracatu/MG, e ao Ministério da Agricultura sobre a possibilidade de fraude no concurso realizado para preenchimento de vagas no Ministério. Indicação ao Ministério da Saúde para suprimir o item VI da Terceira Diretriz da Organização do Conselho de Saúde, a palavra

PARTICIPAÇÃO NAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES:

Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF (titular) - 2007/2008/2009

Comissão de Minas e Energia - CME (suplente) - 2007/2008

Comissão de Ciências e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI (suplente) - 2009

Subcomissão Permanente de Assistência Social.

APÓIA E INTEGRA AS SEGUINTE FRENTE PARLAMENTARES:

Segurança Pública; Saúde; Reforma Política; Saúde da Mulher; Esportes; Defesa do Biodiesel; Defesa das Instituições Universitárias Públicas, Vinculadas aos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino; Defesa do Piso Salarial Nacional para o Professor Brasileiro; Defesa da Cidadania do GLBT; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Ensino à Distância; Defesa das Polícias Civis, Militares, Rodoviária e Federal; Defesa dos Anistiados e Anistiandos Políticos; Defesa da Indústria Farmacêutica Nacional; Apoio e Defesa da Cultura; Cooperativismo - Frencoop; Grupo Parlamentar Brasil-Cuba; PDV; Combate à Pirataria e Sonegação Fiscal no Brasil; Petróleo e Gás; Defesa das Políticas Públicas de Juventude; Grupo Parlamentar Brasil - República Popular da China; Fim do Voto Secreto; Em Defesa da música, dos compositores e músicos brasileiros; Contra o Câncer; Defesa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Dos Anistiados; Grupo de Cooperação e Amizade Emirados Árabes - Brasil; Programa Antártico Brasileiro; Apoio às Forças Armadas, na Amazônia; Ensino Superior.

g – o que altera a Lei 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, instituindo multa em caso de descumprimento. PL 607/2007

Foram, ainda, apresentadas 33 (trinta e três) emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em 2007: 28 emendas de texto, ações de interesse social, voltadas à melhoria da qualidade de vida e contribuindo para a redução das desigualdades regionais, de gênero e étnico-raciais; 5 emendas de meta, que têm como objetivo garantir obrigações trabalhistas; prevenção e combate à violência contra as mulheres; e relativo à homofobia.

Foram apresentadas 13 (treze) emendas à LDO em 2008: As quatro primeiras foram emendas de meta: 1 – qualificação social e profissional de trabalhadoras domésticas e outras populações em situação de alta vulnerabilidade; 2 – apoio a serviços de prevenção e combate à homofobia; 3 – capacitação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência; 4 – apoio a projetos de corredores estruturais de transporte coletivo urbano. As outras 09 (nove), foram emendas de texto (políticas sociais).

Outras emendas apresentadas:

- emenda à PEC 31/07, que altera o sistema tributário nacional - aprovada.
- emenda à MP 437/2008, que cria cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC e Gratificações de Representação da Presidência da República, e dá outras providências - aprovada MP 439/2008, revogando MP 437/2008.
- emenda à MP 428/2008, para prever que não apenas a renúncia (previdenciária) de que trata o § 10, mas todas as demais sejam estimadas e compensadas, para não afetar a apuração do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social - não aprovada.
- emenda à MP 442/08, que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil e autoriza a emissão de Letra de Arrendamento - não aprovada.
- emendas à MP 353/07, Extinção da RFFSA - aprovadas.
- emendas à MP 359/07, reestrutura e agrupa os cargos da Carreira do Seguro Social - 1 aprovada - 3 não aprovadas.
- emendas à MP 349/07, institui o Fundo de Investimento do FGTS- FI-FGTS - 1 aprovada - 1 não aprovada.
- emendas ao PL 619/07, piso salarial do magistério - 1 aprovada parcialmente - 2 não aprovadas.

3 - ATIVIDADE DE COMUNICAÇÃO

Diálogo direto e cotidiano

A busca por manter uma comunicação mais direta e regular com os apoiadores e eleitores do mandato foi condicionada por dois aspectos. O primeiro deles, oriundo da necessidade de fazer uma permanente prestação de contas, como forma de interagir com a sociedade. O segundo, diz respeito à limitação da estrutura material, reduzindo a publicação de jornais impressos (rotineiro na atividade parlamentar anterior) e os gastos com correio.

Respondendo a essas condicionantes, foram usados pela assessoria de imprensa meios ágeis e criativos, em especial através da internet, e distribuídos nas manifestações e em portarias de empresas, materiais informativos e cartilhas específicas; além do uso constante dos pronunciamentos feitos em Plenário, normalmente reproduzidos pela Voz do Brasil.

O trabalho de comunicação envolveu todos os integrantes da equipe de assessores de forma coordenada, numa quase simbiose, cuja dimensão só foi possível 'visualizar' quando do levantamento e avaliação do material. Os 340 releases contabilizados reproduziram a atuação da deputada em Plenário – por diversas vezes comentada pelos presidentes das sessões. Muitos deles foram publicados nos órgãos de imprensa.

Os 176 pronunciamentos da deputada, elencados pelo site da Câmara são a expressão dessa verdadeira militância. Eles contam a história de um dado momento da vida política, social e econômica do Brasil. Os pronunciamentos denunciam a miséria de determinados segmentos, o caos de alguns serviços públicos, a luta de trabalhadores pela manutenção do emprego e dos salários; os avanços do governo Lula no âmbito das políticas sociais e assistenciais às populações alijadas do processo produtivo. E ainda: a batalha, que é também da parlamentar, contra os juros altos; ou pela sensibilização de seus pares para que votassem matérias importantes para o País; o lançamento de campanhas pela melhoria da educação pública; por mais verbas para hospitais universitários; pela efetivação e ampliação do MERCOSUL, ou em prol da paz entre palestinos e israelenses.

A apresentação de proposições, de emendas e de substitutivos em projetos relatados também mereceu destaque no material encaminhado à mídia. Não só em forma de releases, mas através de boletins eletrônicos e cartilhas.

Em 2008 a página do mandato chegou a somar 14000 visitas, mesmo tendo sido retirado do ar durante o período eleitoral. Nos primeiros quarenta e cinco dias de 2009, em que começou a ser reativado, teve 1300 visitas.

4 – FORTALECENDO A FEDERAÇÃO

Interlocução com as Prefeituras

É parte de um mandato parlamentar intermediar a relação entre a União e as outras instâncias da federação. O governo do presidente Lula procurou aproximar mais das administrações municipais, verdadeiro espaço de realização das políticas públicas. A cada ano, o mandato vem ampliando contatos com as prefeituras de Minas Gerais. Isto se dá através da intermediação de demandas junto aos Ministérios e de emendas parlamentares que materializam a realização das políticas públicas na base.

Nesse período pudemos estabelecer relações políticas com as administrações de Ibiá, Urucânia, Ribeirão das Neves, Contagem, Valadares, Betim, Congonhas, Hervália, Guarani, Raposos, São Joaquim de Bicas, Itamonte, Nova Lima, Santa Luzia e Timóteo.

Emendas em 2007: Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, São João Del Rei, (UFSJ), Norte de Minas (Francisco Sá, São João da Ponte e Montes Claros), Formiga, Santa Luzia, Além Paraíba, Itabirito, Contagem, Congonhas, Ouro Preto, Sete Lagoas, Ipatinga e Lagoa Santa.

Emendas em 2008: Timóteo, Santa Luzia, Juiz de Fora, Belo Horizonte, Igarapé, Lagoa Santa, Contagem, Ribeirão das Neves, Ibiá, Montes Claros, Rio Acima, São José da Lapa, Nanuque, Braúnas, Funilândia, Betim e Governador Valadares.

5 - UM MANDATO COMPROMETIDO COM A LUTA TRANSFORMADORA

Relação com os Movimentos Sociais

Todo mandato comunista tem de se colocar a serviço das lutas de nosso povo. Ele tem de se realizar no contato e no acompanhamento permanente dos movimentos sociais.

O mandato tem sido solicitado para intermediar negociações com os ministérios, principalmente da Previdência Social e do Planejamento, instâncias onde se dá a relação com os servidores públicos. Por isso, a participação da deputada em reuniões para negociação da pauta reivindicatória dos servidores do Banco Central; de apoio ao Plano de Carreira dos Médicos peritos do INSS; pela atualização da aposentadoria dos servidores do IBGE; das campanhas dos servidores do INCRA; dos policiais rodoviários federais; dos fiscais do INSS incorporados à Receita Federal; em prol da

aposentadoria especial dos servidores do CNEN; da pauta dos servidores da Advocacia Geral da União, e dos servidores do DATASUS.

Há uma demanda permanente que leva o mandato a participar das lutas dos metalúrgicos de Betim e região, dos trabalhadores nos Correios de Juiz de Fora e região, dos atos e assembleias dos professores da rede pública de MG e de todas as manifestações nacionais das centrais sindicais.

A aproximação com o movimento estudantil estabelece uma lógica de apoio em diferentes níveis, político e material. Esta relação se repete, em certa medida com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

6 - AÇÃO LEGISLATIVA

Fazendo leis em sintonia com a sociedade

Os Projetos de Lei apresentados e relatados pela deputada Jô Moraes têm sintonia com demandas da sociedade, muitas delas encaminhadas diretamente ao gabinete.

PROJETOS DE LEIS APRESENTADOS:

a – o que dispõe sobre a complementação da aposentadoria do pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PL 4720/2009

b - o que amplia para 5 (cinco) as alíquotas da tabela progressiva de imposto de renda e obriga o reajuste dos seus valores a cada dois anos, utilizando o IPCA. PL 3492/2008.

c - o que determina a distribuição de fórmula láctea infantil aos lactentes de mães portadoras do vírus HIV. PL 3445/2008. Pronto para pauta na CSSF (Parecer do relator pela aprovação).

d - o que modifica a redação da ementa e o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que trata dos preconceitos de raça ou de cor. Inclui o preconceito contra pessoa portadora de deficiência como tipo de crime. - PL 2276/2007

e – o que dispõe sobre a regulamentação do exame pericial com base no perfil genético do DNA (ácido desoxirribonucléico), para determinação do vínculo genético, em seres humanos, para fins civis. - PL 1497/2007

f – o que altera a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, instituindo, na lista preordenada, a manutenção da garantia de reserva de vagas para as mulheres, regra que já vigora na legislação vigente de lista aberta. PL 608/2007.